



## NOTA TÉCNICA N.º 059 – DINFRA/PRODIN/IFAM/2020

Manaus/AM, 04 de setembro de 2020.

**DA: COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA / DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA.**

**A(O): PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN**

**ASS.: ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA EMPRESA ENGEVIP GERENCIAMENTO E CONSULTORIA LTDA.-ME**

### **I - DAS INFORMAÇÕES**

- 1. OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E /OU GERENCIAMENTO DE OBRAS, SERVIÇOS E PROJETOS DE ENGENHARIA DO IFAM.;
- 2. PROCESSO N.º:** 23443.018153/2019-18;
- 3. INTERESSADO:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E ENGEVIP GERENCIAMENTO E CONSULTORIA LTDA-ME;
- 4. ANEXOS:**
  - 4.1** PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA EMPRESA ENGEVIP GERENCIAMENTO E CONSULTORIA LTDA-ME, PARA O CERTAME LICITATÓRIOM ENTREGUE DIA 03/09/2020;

### **II - DA ANÁLISE**

Tendo em vista a entrega da 2ª proposta de preços da empresa Engevip Gerenciamento e Consultoria Ltda-ME no dia no dia 03 de setembro de 2020, a equipe de engenharia efetuou detida análise da proposta da licitante.

Cabe salientar que a equipe de engenharia efetuou uma análise preliminar, no dia 26 de agosto de 2020, da primeira proposta da licitante e verificou a ausência de vários documentos necessários para uma mínima análise detalhada de sua proposta. A equipe de engenharia formalizou a documentação necessária para a realização de uma detida análise da proposta e, após quase 8 (oito)



dias, a licitante realizou a entrega da sua 2ª proposta de preços, conforme documentação em tela anexo.

Diante da 2ª proposta de preços apresentada e em referência ao processo n.º 23443.018153/2019-18 e seu conteúdo, temos a fazer as seguintes considerações e análise de inconformidades:

1. Os valores unitários apresentados na primeira proposta da licitante são diferentes da 2ª proposta entregue, embora o valor global final da proposta seja o mesmo;
2. A licitante ofertou o valor de R\$ 751.000,00 (setecentos e cinquenta e um mil reais), cerca de 51,19% do valor da planilha de referência da administração;
3. A licitante Engevip Gerenciamento e Consultoria Ltda-ME é sediada em São Paulo – SP, motivo pelo qual acreditamos que a mesma não possui um detalhado conhecimento da logística da região e do Estado do Amapá;
4. A licitante não entregou a composição de BDI assinada pelo responsável pelo orçamento da empresa, conforme solicitado pela equipe de engenharia efetuada na análise preliminar da proposta da licitante. Acreditamos que a empresa tenha a ideia de que a composição de BDI entregue em sua primeira proposta fosse válida, por isso não encaminhou nova composição de seu BDI. Contudo, tal documento não tem validade formal sem a devida assinatura do documento. Na primeira oportunidade de entrega da proposta, a equipe de fiscalização não analisou a composição do BDI apresentado pela licitante, pois faltavam vários outros documentos a serem entregues. Desta forma, com o intuito de padronizar o processo, não foi realizado a análise da composição do BDI, naquela oportunidade. Nesta oportunidade, foi realizada esta análise e foi constatado que **a composição do BDI da licitante naquela oportunidade está completamente equivocada**. A licitante não entendeu a marcha de cálculo exigida pelos órgãos de controle e exposta em edital do IFAM de forma clara, inserindo alguns valores de impostos (legislação vigente) **de forma destoante com a realidade destes impostos no estado do Amapá**. Desta forma, não é possível efetuar a acessibilidade da composição de BDI apresentada pela licitante;
5. Quanto a composição de leis ou encargos sociais entregue e assinado pela licitante, esta, **de forma totalmente equivocada**, muda o conceito estabelecido pelo padrão do SINAPI e exposto pela administração no projeto básico, efetuando pagamentos de encargos sociais em



**sua proposta que não possuem qualquer amparo legal.** O projeto básico, bem como a legislação trabalhista existente no Brasil, exigem o pagamento dos encargos/tributos trabalhistas e a proposta da licitante não realiza em sua proposta o pagamento de NENHUM item trabalhista. Portanto, **a proposta da licitante não atende nem mesmo a legislação trabalhista que rege a atuação do trabalho em carteira no país, pois não efetua pagamentos de nenhum item exigido pela legislação brasileira para o trabalho formal do profissional em carteira de trabalho como: INSS, FGTS, férias, 13º salário, do sistema S etc.** Tal fato é INADIMISSÍVEL sendo uma proposta irresponsável e contra a lei vigente. No lugar desses itens, a licitante efetua o pagamento (duplo) de itens que já são pagos na própria CCU de sua proposta, ou seja, efetua o DUPLO pagamento de itens como: EPI's, passagens, alimentação, ART etc. A licitante não possui o menor conhecimento da composição de preços de valores para Administração pública;

6. No que tange a planilha orçamentária formal entregue e assinada de sua proposta, foi constatado que os itens: 01.03, 01.07, 01.09, 01.11, 01.12, 01.13, 01.14, 01.15, 01.16, 01.17 e 01.18 estão (embora pouco) acima dos valores estabelecidos pela administração em sua planilha orçamentária de referência. Tal condição infringe o projeto básico e os mais recentes acordos sobre o caso. A proposta não pode ser aceita nesta condição estabelecida;
7. Na planilha de composição de custos unitários (CCU), mais uma vez, a licitante muda o que é estabelecido em projeto básico. Nos itens de 01.02 a 01.06, a licitante suprime o pagamento do coordenador de fiscalização sob o argumento de que ele é remunerado no item 01.01. Tal situação, demonstra o desconhecimento da licitante sobre o projeto básico, pois a administração exige a participação do coordenador em todas as etapas entre os itens 01.01 a 01.06. Na condição proposta pela licitante, esta está tirando sua responsabilidade na entrega do trabalho com a qualidade e padrão exigidos pela administração, que é a função do Coordenador de fiscalização, constante nos itens suprimidos. Pela mudança deste item em relação ao projeto básico, a proposta da licitante não pode ser aceita;
8. No item 01.01 da CCU da proposta entregue pela licitante, o item mais importante da planilha, cujo o qual a licitante reduziu a proposta da administração em quase 64%, **a licitante faz a maior alteração de sua proposta em comparação ao projeto básico do certame.** O projeto básico exige que a licitante mantenha na obra um profissional técnico capacitado para a fiscalização dos serviços *in loco*, durante o mês inteiro de execução de serviços a serem



fiscalizados, conforme correntes exigências dos órgãos de controle que orientam a execução de obras e serviços de engenharia com recursos públicos. A planilha de referência da Administração, remunera a presença do profissional durante 1 (um) mês de forma integral na obra. Todavia, em sua composição a licitante afirma que **manterá o profissional na obra apenas 4 (quatro) dias no mês**. Tal condição é a total mudança do que a Administração está exigindo em certame licitatório. Comparativamente, seria como a Administração solicitar a instalação de 1 (uma) unidade de uma porta em uma edificação e a licitante em sua proposta afirmar que irá instalar apenas 20% desta porta. **Esta condição foge totalmente do que é exigido pela Administração**. Ainda que fosse admissível tal condição, a proposta da licitante desconhece a realidade local, pois existem regiões no interior do Amapá onde há apenas um transporte (aéreo ou fluvial) na semana, ou seja, na prática, tal condição proposta pela licitante de fiscalização seria irre realizável. Tendo a proposta alterado o que é exigido no projeto básico, a proposta da licitante não pode ser aceita;

9. Ainda na CCU da licitante, é demonstrado um desconhecimento tão grande da mesma sobre orçamentação, que itens como: 40863 – EXAMES/MESALISTA, 40864 – SEGURO/MENSALISTA, 43474 – FERRAMENTAS/FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL/MENSALISTA e 43498 – EPI/FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL no tópico 01.01, são itens relacionados a quantidade de mão de obra aplicada no item, ou seja, tem relação de proporção com a quantidade de mão de obra total no item, conforme demonstrado de forma clara na composição do item 01.01 da planilha de referência da Administração. Contudo, a licitante reduziu a quantidade de trabalho do engenheiro civil neste item (de forma irregular, inclusive) mas não reduziu os itens correlacionados a este. Fica, então, latente a pergunta, como a licitante irá elaborar 5 (cinco) relatórios técnicos circunstanciados durante um mês de obras do IFAM, com um profissional trabalhando apenas 4 (quatro) dias em um mês? Desta forma, este desconhecimento básico da composição de custos do serviço não pode ser aceito como válido pela equipe de engenharia do IFAM na proposta da licitante.

De forma **incabível** em que a licitante efetuou sua proposta, questiona-se o conhecimento técnico desta perante princípios básicos de orçamentação e legislação, pois a falta de zelo, desconhecimento técnico e legal mínimo dos tramites que regem a administração pública para a



execução de serviços técnicos neste âmbito, demonstram um total amadorismo por parte da licitante em sua proposta.

Em uma única proposta, a licitante conseguiu **infringir matérias essenciais para o andamento de obras no âmbito federal como: a legislação trabalhista (de forma grave, inclusive), o edital, o projeto básico, os mais notórios acórdãos do TCU sobre o assunto, desconhecimento de aritmética simples no cálculo do BDI, desconhecimento da realidade local em que está elaborando seu orçamento, além de pagar duplamente itens iguais (com alteração do projeto básico) não entendendo, pelo menos, sua própria proposta.** Não há a menor possibilidade de aceitabilidade desta proposta ofertada pela licitante, pois esta limita com o total desconhecimento técnico do que a Administração está solicitando no certame licitatório.

### III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos pelo seguinte posicionamento:

- a. **A proposta da licitante Engevip Gerenciamento e Consultoria Ltda-ME possui o quase completo desalinhamento com o projeto básico e com o que a Administração almeja para a contratação neste certame licitatório. Portanto a proposta da licitante não pode ser aceita pela Administração do IFAM;**
- b. **A equipe de fiscalização sugere nova consulta a Procuradoria Federal junto ao IFAM para verificar se é cabível nova oportunidade para a licitante apresentar nova proposta ou rejeita-la nesta etapa;**
- c. **Como solicitação à CPL, o Departamento de Infraestrutura solicita verificar a possibilidade de aplicação de sanção cabível sobre o ocorrido à licitante Engevip Gerenciamento e Consultoria Ltda-ME, que apresentou a proposta em tela, devido a esta não apresentar qualquer técnica ou amparo legal, em um amadorismo que sobrepõe qualquer equívoco formal possível de aceitabilidade dentro de qualquer contexto da administração pública. Não é cabível a apresentação de uma proposta sem qualquer parâmetro técnico e legal que fazendo com que a administração pública**



---

despenda tempo, recursos humanos e até financeiros para análise de uma proposta descabida como a apresentada nos documentos em tela.

**Coordenação de Fiscalização de Obras e Serviços de engenharia e Departamento de Infraestrutura.**

---

***Péricles Teixeira Veiga***

*Coordenador de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia*

---

***Cynthia de Faria Pinto***

*Chefe do Departamento de Infraestrutura*